

vação do PNB ao redor dos 10%, para podermos atender a nova massa de oferta no mercado de trabalho, e ao mesmo tempo propiciar condições de melhoria aos marginalizados do progresso social. O ideal seria uma taxa de 12 a mais por cento.

Inexistindo isso, a situação mantém-se sem recursos para as grandes obras infra-estruturais e o número de desempregados vai aumentando: graças as epidemias, avolumam-se os analfabetos, multiplicam-se os decajustes.

Para atingir a nossa emancipação econômica, apresentavam-se inúmeros obstáculos, destacando-se:

1) Aviltamento dos preços das nossas matérias-primas em geral, nos mercados internacionais, fazendo com que permanentemente estejamos compelidos a exportar por menos e a importar por muito mais. Basta dizer que o minério de ferro era vendido em 1963 por US\$ 18,50 a tonelada e hoje, cinco anos depois, com toda a elevação do custo de vida, não alcança mais do que US\$ 8,50 por tonelada. Ainda recentemente o Excmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores, o Chanceler Magalhães Pinto, declarou enfaticamente que, se as exportações brasileiras de 1967 tivessem sido feitas ao mesmo preço de 1962, teríamos faturado 850 milhões de dólares a mais.

2) Falta de planificação global da economia e ausência de uma política administrativa para longo curso. Vejamos que, após a ditadura getulista, foi lançado o famoso Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que se propunha a uma vigência duradoura, mas que, à semelhança das rosas de Malherbes, não ultrapassou o espaço de um amanhã. Apareceu no Governo seguinte do Senhor Getúlio Vargas uma tendência socializante, com a criação, através de sociedades estatais, de indústrias e organizações infra-estruturais. Bastou largasse S. Exa. o Governo, para que o Sr. Juscelino Kubitschek lançasse o Plano de Metas, com prioridade absoluta para a criação e construção de Brasília, onde foram concentrados todos os recursos nacionais, públicos e privados, de origem interna ou externa. Já no hiato do curto período do Sr. Jânio Quadros, Brasília ficou parada. O seguinte, Senhor João Goulart, inspirou-se no economista Celso Furtado, para mergulhar, até afogar-se, no Plano Trienal muito bem conhecido por todos, em que as preocupações centrais estavam nas reformas de base, estruturais e profundas. Desencadeado o processo revolucionário, o eminente Marechal Castelo Branco manda para as calendas gregas todos os planejamentos anteriores e vai abeberar-se sóbria e seguramente nos mananciais inesgotáveis da técnica do Sr. Roberto Campos. Estaciona Brasília, sepulta o torvelinho reformista e parte para novas concepções mediante uma política econômico-financeira que procura atrair a poupança estrangeira e eliminar gastos supérfluos, usando uma economia vigorosa, inclusive com paralisação de obras públicas. O segundo e atual Governo pós-Revolução atenua o rigor da política econômico-financeira do seu antecessor: acelera as obras públicas, sente-se menos fascinado com a atração aos capitais estrangeiros e desencadeia violenta poeira e de crescimento de população.

Política fiscal para aproveitamento das poupanças internas. Não arreda de criar áreas de atrito com grupos internacionais, nem de ultrapassar a capacidade tributária dos contribuintes, levando-os muitas vezes à falência ou desânimo dos negócios.

3) Corrupção desembastada em todos os círculos governamentais, calculada pela ONU, à época, em cerca de 200 milhões de dólares por ano. Essa corrupção principiava na venda de cargos públicos e acabava nas grandes negociações das altas cúpulas,

na área das importações e exportações e do mercado de câmbio, nas delicadas operações financeiras. Grava-se um ambiente de decomposição da autoridade, desprestígio do poder público e afrouxamento dos costumes na coletividade em geral.

4) Descontrole nas despesas públicas, com gastos supérfluos e exagerados em uns setores e avareza em muitos outros.

Ninguém, em sã consciência, raciocinando desapassionadamente, poderá negar que a revolução aniversariante enfrentou corajosamente os itens 3 e 4 e, se não solucionou os problemas decorrentes, pelo menos atendeu-os extraordinariamente. O caudal da corrupção foi estancada e registra-se muito mais controle na despesa pública.

No que se refere ao item 2, inobstante o curto lapso de tempo, e numa pretendida continuidade revolucionária, continuamos sem planejamto sólido e duradouro. Muito embora se diga o contrário, a política econômico-financeira do Sr. Roberto Campos vai sendo arquivada em suas prestações, ou por capítulos. Estoura, recém-lançada pelo Sr. Hélio Beltrão, ninguém pode ter certeza de que durará sequer o período de uma gestão.

Quando ao item primeiro, sucedem-se as tentativas da nossa diplomacia e do Governo como um todo, para a obtenção do justo preço das nossas matérias-primas. Esta é a grande batalha. Foi principiada pelo Sr. Jânio Quadros, quando propôs a união de todos os países abastecedores dos mercados industriais e desenvolvidos do mundo, para firmarem um convênio e imporem os preços de acordo com a realidade. Dizia aquele ex-Presidente que, faltando as matérias-primas, a crise nas grandes indústrias internacionais seria muito maior do que a dos povos subdesenvolvidos, obrigando-os a ceder, por não suportarem o desemprego e o caos financeiro. Conclamava os países latino-americanos, africanos e asiáticos, quando foi envolvido pelos acontecimentos internos, apesar de imensa base popular.

Somente um Governo de vontade férrea, com fabulosa sustentação política e militar, entrosado em diálogo perfeito com as multidões, pode dispor-se a tão arrojadas empreitadas, tão essenciais ao destino nacional.

A Revolução de 64 foi o denominador comum de circunstância da época. Criou um sistema que, assalhvavam, não duraria 4 meses, por falta de unidade de liderança e por ter sido uma espécie de explosão de desabafo do sentimento nacional. Está completando 4 anos. A Constituição de 67, para que previam no máximo, uma existência de trimestre, alcançou 4 trimestres, incólume.

Deve e precisa ser encarada como algo de muito sério, não se justificando essas assertivas comuns, de desprezo e pouco caso.

Trouxe novas figuras e nova filosofia para a vida social, política e administrativa do País. Alterou a temática de discussão dos problemas nacionais. Eliminou lideranças, cuja recuperação se nos afigura difícil, porque cada dia que passa menos sensibilizam e mais se tornam incapazes de sensibilizar a consciência tranquila das multidões.

Oxalá o idealismo que se tenta desesparadamente imprimir à Revolução, depois de efetuada, seja plenamente alcançado, apenas com modificações no sistema (e não no sistema), pois senão estaremos desperdiçando uma maravilhosa oportunidade — como tantas outras já desperdiçadas — e dando um chute na própria sorte.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES:

(Comunicação — Lê:) — Senhor Presidente, quis o destino implacável

comemorar o sistema de Governo que tralou a Revolução de 64 com lágrimas, dor e luto.

Repetiu-se em Brasília os lamentáveis acontecimentos da Guanabara.

Se vítimas não houve, agradecemos à Providência Divina, pois eu mesmo, Sr. Presidente, ouvi cerca de 5 tiros disparados. No Movimento de Brasília. O estudante e bancário João Ferraz Lima tomou um tiro na parte anterior do hemitórax direito, à altura do 5º espaço intercostal, com orifício de saída posterior, após transfixação do lóbulo superior do pulmão direito.

Se a bala fôsse do lado esquerdo, nas mesmas condições, iria transfixar-lhe a parte articular do coração, ou a veia cava superior, e teria o estudante de Brasília, morte fulminante. João Ferraz Lima teve apenas mais sorte do que Nelson Luiz, mas o balaço que recebeu tinha a mesma intenção: tirar-lhe a vida.

O episódio se verificou, às 22h 30m nas imediações da Escola Tomaz Jefferson, na W-3 e, dentre os colegas que o socorreram, dois presenciaram toda cena, um deles me pediu que não revelasse seu nome, pois seria perseguido pelo Governo; o outro, Paulo Caldas Araújo, Radicalista, está disposto a prestar declarações na CPI que esta Casa vai instalar.

Visitei, sábado pela manhã, a vítima no Hospital Distrital, segundo andar, juntamente com o Deputado Hermanno Alves. Visitei-o como médico e também em nome da liderança do MDB, por sugestão e designação do seu Líder Deputado Mário Covas, o jovem havia saído da mesa de operação, onde foi submetido a cirurgias sob a ação de um renomado cirurgião cardíovascular desta cidade, cujo nome possuo. Seu estado inspira o máximo cuidado, já que sofreu hemorragia intratorácica (hermopneumotorax) estando ainda com um dreno na parte antero-lateral do hemitórax direito.

Interessante, Sr. Presidente, é que ao chegar a casa o rádio dava a notícia que o estudante baleado já tinha obtido alta.

Mentira deslavada, como mentira é afirmar que os policiais estavam desarmados.

Fica aqui, portanto, nossa denúncia, Sr. Presidente. As cenas de violência se repetiram e se vão repetir cada vez mais, enquanto estivermos condicionados a esse malsinado sistema militarista que se apossou da nossa Pátria e roubou a liberdade do nosso povo.

Ficamos sabendo, também, Senhor Presidente, que o Estado do Sargento hospitalizado é grave, gravíssimo. Mas este também é uma vítima do sistema militarista que se impôs ao povo brasileiro, povo que ama a liberdade, a paz, e que agora vive os dias mais intranquilos, debaixo de uma arbitrariedade e de uma violência que não condizem com a tradição cristã do povo brasileiro. (Muito bem.)

O SR. EDÉSIO NUNES:

(Comunicação — Lê:) — Senhor Presidente, desejamos, desta tribuna, congratular-nos com o Subgrupo de Atividades para o Beneficiário do INPS, no Estado da Guanabara, pelo trabalho que vem realizando em favor dos contribuintes desse órgão previdenciário.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma obra que poderemos intitular de meritória, tal o alcance social objetivo. Merece, por isso, de nossa parte, um registro especial nos Anais desta Casa, principalmente porque a imagem criada, perante o público, dos serviços prestados pelo INPS, não é de modo algum, abonadora. Quando, então, um serviço se destaca no cumprimento fiel do dever, é nosso dever, igualmente, não poupar elogios, inclusive para que esse exemplo sirva como estímulo a outros setores da

Providência, dos quais, infelizmente, não podemos, daqui endereçar também o mesmo aplauso.

Esse Serviço, Sr. Presidente, chefiado pela Sra. Virgínia Bruno, está cumprindo a tarefa de um planejamento no sentido de oferecer aos segurados reclusos nas penitenciárias completa assistência social, além de levar-lhe o conforto moral que necessitam para atravessar, sem maiores desajustamentos, a pena a que foram condenados. Qualquer que haja sido o crime praticado por um cidadão, nada justifica o abandono da Sociedade, impondo-lhe um degrêdo completo. Mesmo porque, hoje, fuge, tal procedimento, aos padrões do moderno sistema penitenciário.

É para assistir aos reclusos contribuintes do Instituto Nacional de Previdência Social, que essa equipe de funcionários, sob a chefia da Senhora Virgínia Bruno, vem realizando um planejamento notável. É, portanto, de justiça, que aqui, desta tribuna, rendamos nossas homenagens a esses abnegados servidores que, no anonimato, vêm desempenhando função social de alta significação. (Muito bem.)

O SR. BERNARDO CABRAL:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os acontecimentos deste último fim de semana vêm gerando os mais desconcertados comentários.

Sabem V. Exa. e a Casa toda — porque estivemos no clichê da primeira página do jornal que se edita em Brasília — que acompanhamos *passu*, o desenrolar das circunstâncias que motivaram a represália aos estudantes de Brasília.

Quero, todavia, já que fiz parte da Comissão composta pelos Deputados Mário Covas, Otávio Caruso da Rocha Martins Rodrigues, Matheus Schmidt e Senador Josaphat Marinho, que se dirigiu à Secretaria de Segurança, e mais tarde às Delegacias de Polícia de Menores, trazer a minha contribuição para esclarecer o que se alega, isto é, que os estudantes nada sofreram. Sabe V. Exa. — e agora levo ao conhecimento de toda a Casa — o que comprovamos os integrantes da comissão; que os estudantes que estiveram presos só foram soltos depois da interferência dessa comissão, por volta das quatro horas da manhã de sábado; que eles sofreram espancamentos os mais variados; inclusive, um dos estudantes sangrava abundantemente pelo nariz, outro fora machucado nas costas e, conforme atestou a comissão, isso aconteceu no instante em que, colocado no caminhão, era pisado pela Polícia; e mais um terceiro apresentava hematoma em parte do seu rosto.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, a que ponto foram barbaramente maltratados esses rapazes, muito com 16 e 17 anos de idade, apenas porque opuseram uma reação à ação da Polícia no episódio ocorrido na W-3.

há quem comente que a participação dos Deputados do MDB teria sido uma modalidade de dar cunho de desmoralização à Polícia, quando, em verdade, foi apenas no sentido de garantir àquela estudiantada a sua manifestação de pesar pela morte do estudante. Evidentemente nenhum deputado do MDB concorda com baderraz, nenhum aplaude quebra-quebra, nenhum Deputado glorifica o incêndio de viaturas, quer particulares, quer oficiais.

Os deputados do MDB, todavia, não concordam com que, antes que haja o efeito, se probam as causas, com que não se possa manifestar aquilo que vai no íntimo de cada um, muito menos quando a Polícia agora declara que se sente orientada por ordem superior para manter a repressão a qualquer custo, seja quem for que garanta a livre manifestação dos estudantes.

Quero trazer ao conhecimento de V. Exa. e da Casa que correm notícias de que será editado um novo Ato Institucional, de que haverá cassações,

de mandatos e de que os Deputados que saírem da Câmara para tomar parte em qualquer manifestação estarão com as suas imunidades parlamentares cessadas e, portanto, poderão ser vítimas de qualquer represália. Participo dos pontos de vista dos demais Deputados. Quando procuramos a via pública, não o fazemos em função de garantias parlamentares, mas apenas como qualquer homem do povo. Essas ameaças não podem partir, pelo menos, com a ideia de cansar amedrontamento a quem quer que seja.

Quero ainda, Sr. Presidente, ao concluir, levar a V. Exa. a minha tristeza por verificar que a filosofia deste Governo se resume numa incoerência a toda prova. Enquanto o Senhor Ministro da Justiça, invocando a sua qualidade de jurista — e nesse ponto merece nossos aplausos — declara que a manifestação dos estudantes, dentro da ordem, não pode ser proibida, o Chefe da Casa Militar, General Jaime Portela, faz declarações ao Presidente José Bonifácio de que, encarregado de reprimir todas as manifestações estudantis no País, o fará a qualquer custo.

Veja V. Exa. que o Governo se distancia cada vez mais das aspirações populares, e não se dá conta de que só pode existir desenvolvimento em uma Nação quando há liberdade, com amplas garantias democráticas. Tecnologia, e não tecnocracia. E mais, Senhor Presidente: que o Governo passe a respeitar o pleno funcionamento dos demais Poderes, isto é, o Legislativo e o Judiciário. (Muito bem. Palmas.)

**O SR. OCEANO CARLEIAL:**

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, o diálogo democrático, reclamado pelas classes estudantis do nosso país, teve recentemente um trágico e doloroso desfecho na Guanabara: deixou o saldo de um jovem de 16 anos, morto pelas balas da polícia militar daquele Estado.

O problema da mocidade estudiosa dos nossos dias, com suas inquietações e perplexidades, tem de ser interpretado como um estado de espírito — inconformidade das novas gerações, em face de determinadas situações que não correspondem aos seus anseios, nem atendem às suas reclamações.

A agitação, que sucede, hoje em dia, os jovens de nossas escolas, se insere, portanto, nesse processo geral de insatisfação dos moços, diante da imagem de um mundo, que não se ajusta aos impulsos naturais de sua idade. De um mundo de padrões superados, no julgamento dessa mesma juventude.

Mas, se existe no fundo dessa inquietação dos moços a febre de nobres ideais de aperfeiçoamento humano e de justiça social, há, por outro lado, uma distorção intencional desses louváveis sentimentos da juventude, com o interesse sub-reptício de servir a um engajamento político e doutrinário, nem sempre muito confessável.

As novas gerações brasileiras não estão imunes desse comprometimento suspeito e condenável. Não souberam ainda defender-se devidamente da ameaça desse contágio pernicioso.

As lamentáveis ocorrências da Guanabara, de que resultou o sacrifício inglório de uma existência em flor, trouxeram a marca dessa contaminação tendenciosa e perversa.

As simples manifestações de protesto e de revolta dos estudantes do Rio de Janeiro contra as más condições de atendimento do restaurante do Calabouço se converteram numa grosseira exploração demagógica de sentido nitidamente político.

Esse movimento de protesto dos estudantes cariocas, defendendo uma reivindicação justa de sua classe, não carecia absolutamente de estímulo e da motivação de uma bandeira do Vietcong, nem justificava as cenas predatórias cometidas contra a embaixada dos Estados Unidos, que, afinal de contas, não devem ser responsabilizados pelas deficientes condições de ali-

mentação do restaurante do Calabouço.

Com essas considerações, não pretendemos, nem remotamente, justificar ou negar a brutalidade irracional da repressão policial, que teve triste epílogo o extermínio da vida de um jovem de 16 anos.

Queremos, entretanto, acentuar que a juventude brasileira, no seu louvável afã de estabelecer um diálogo com o governo e as autoridades responsáveis pelo ensino neste País, para a compreensão dos seus problemas e das suas necessidades, está sendo conduzida, infelizmente, por instrumentos políticos que exploram friamente, o entusiasmo, a boa fé e a exaltação natural dos estudantes, com o inegável propósito de colher maiores rendimentos para suas indistigáveis ambições de poderio e de mando.

Compreendemos perfeitamente a inquietação da juventude atual para a conquista dos seus ideais e de suas legítimas aspirações. Compreendemos e justificamos sua ansia de renovação.

Só não compreendemos nem justificamos é a maldade e a perversidade daqueles que, tendenciosamente, procuram deformar e desvirtuar esses sentimentos dos moços, para atingir objetivos criminosos e inconfessáveis. (Muito bem.)

**O SR. HERMANO ALVES:**

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, considero de extrema gravidade os termos do comunicado que o Sr. Ministro do Exército, General Lyra Tavares, dirigiu aos comandantes de Exércitos e ao comando militar da Amazônia. Diz o Ministro do Exército que o Governo está "seguramente informado de que se projeta, para o dia de hoje, em algumas Capitais, um movimento de agitação com base em passeatas públicas de orientação nitidamente comunista".

Sr. Presidente, o movimento de protesto dos universitários e secundaristas não é nitidamente comunista. O que é grave é que o Sr. Ministro do Exército, que tem à sua disposição os serviços secretos do Exército, do Serviço Nacional de Informações e do Departamento Federal de Segurança Pública, classifique de nitidamente comunista um movimento que qualquer pessoa que conviva com os universitários sabe que pode, até mesmo, contar com apoio de comunistas, mas que não é controlado ou dirigido por eles.

Sr. Presidente, todo mundo sabe disso. O Sr. Ministro do Exército também sabe disso; o Serviço Nacional de Informações também sabe disso; até o Serviço Nacional de Informações sabe disso.

Sr. Presidente, o orgulho, o preconceito e a ignorância da presente cúpula militar que funciona como Junta Governativa, nominalmente presidida pelo Marechal Costa e Silva, levará, em primeiro lugar, a comprometer as Forças Armadas, de um modo geral, e o Exército, em particular, com determinada posição política irreversível — a chamada Revolução; a preservação das chamadas ideias revolucionárias etc.

Por outro lado, Sr. Presidente, cada Oficial-geral de certa importância transformou-se automaticamente, nos quadros do presente regime, em candidato em potencial à Presidência da República. Agora, quando começa a ocorrer o que tantas vezes prevenimos — a reação crescente, geral, do povo, proletariado, classe média, *intelligentsia*, contra aquilo que o Gen. Mourão Filho classificou de "generalocracia" — a cúpula militar está procurando explorar o espírito de classe para sensibilizar ao extremo os quadros do Exército, levando-os, se necessário, às últimas consequências. E' por isso que se fala em nitida inspiração comunista do movimento de protesto estudantil, embora se saiba não ser tal afirmação verdadeira. Mais uma vez o espectro do comunismo é invocado para assustar militares e para unificar

militares em torno de uma liderança militar ou política que cometeu graves erros políticos.

Sr. Presidente, na minha posição de Deputado da Guanabara, Estado que sofreu diretamente com o que está ocorrendo, faço uma advertência aos presentes detentores do poder, na situação militar em que agora se encontra o País, para que tenham a lucidez necessária de não atirar as Forças Armadas dentro do corpo da Nação, de não condenar as Forças Armadas a uma posição inglória em conflito com o resto do povo brasileiro.

E' neste sentido, para que as coisas não se agravem, para que a Nação não se divida ainda mais, que faço esta advertência e a farei quantas vezes for necessário, profundamente chocado por ver que um Ministro de Estado para os assuntos do Exército vem deliberadamente enganar os seus subordinados e a opinião pública, ao divulgar a nota que ontem divulgou. (Muito bem.)

**O SR. ORLANDO BERTOLLI:**

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, volto a tratar de um sério problema, muitas vezes por mim abordado da tribuna desta Casa é que se relaciona com a situação agrícola do sul do país, mormente do meu Estado.

Acompanho os esforços do Governo Federal e a ênfase que ele procura oferecer aos assuntos ligados às atividades rurais. Mas, muito embora as medidas em favor do crédito, através de vários organismos, não vislumbro dados positivos com relação a investimentos efetivos no sentido de minorar as grandes dificuldades que hoje perturbam quantos se dedicam ao trabalho do campo.

Há, aliás, certo desassossego no meio agrícola. Poderíamos até dizer que os nossos agricultores, na sua grande maioria, vivem momentos de desespero. Inicialmente, devo dizer que, no meu entender, deveria haver uma completa reformulação dos problemas agrícolas que divergem de Estado para Estado, senão de região para região consideradas as diferenças de clima, de hábitos, de modo de vida, da qualidade das terras e assim por diante.

O Ministério da Agricultura, através de vários órgãos a ele subordinados, está procurando, ultimamente, modificar o terrível panorama que divisamos nas zonas rurais. Medidas de planejamento estão sendo levadas a efeito e se verifica até uma retomada de consciência com relação ao drama vivido por milhões de brasileiros que se dedicam, ingloriamente, à produção agrícola. Mas isto não basta. Quero ver medidas práticas e objetivas. Desejo encontrar, por parte do Ministério do Planejamento e de outros órgãos que estabelecem a política econômica do Governo a ser seguida, medidas realmente efetivas que encaminhem recursos apreciáveis no setor agrícola.

O Ministério da Agricultura, por si só, não fará milagres. A maior parte dos seus recursos são destinados ao pagamento de pessoal. E o Governo ainda não se convenceu de que, a seguirem as coisas como estão, não chegaremos a um resultado favorável. Palavras não bastam, muito menos, entrevistas recheadas de otimismo por parte dos Ministros.

Ainda agora, estuda-se o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970 e já se pensa em cortes.

Por quê, pergunto, efetuar reduções substanciais nos quantitativos que estavam estimados para o Ministério da Agricultura? Esse Ministério, já tão avilado e tão esquecido, não dispõe de recursos. Todo ano, cortam-lhe as mãos. E será possível incrementar as atividades do nosso meio rural, fixar o homem à terra, dar-lhe assistência, sem dinheiro? Os programas podem ser bons, e temos muitos, mas, sem recursos, não há programa que dê jel-

to na situação de abandono em que vegetam esses milhões de agricultores.

Se eu quisesse ser um pouco maçoante, Sr. Presidente, poderia fazer aqui dados alarmantes. Mas quero apenas citar o fato de que há municípios, de economia genuinamente agrícola onde inúmeros agricultores simplesmente abandonam as suas casas e as suas lavouras para procurar, nas cidades, melhores condições de conforto e segurança para as suas famílias.

Onde está, Srs. Deputados, o seguro para as colheitas? Quem poderá garantir que, depois de um ano de intensos sacrifícios, as culturas não possam ser destruídas por um temporal, por uma chuva de granizo, por uma enchente, por uma praga que acaba desaparecer as plantas? E quando a miséria e a doença alcança os larcs do agricultor, quem é que lhe paga as contas ou que lhe dá assistência médica-hospitalar? E a assistência social, onde está, Sr. Presidente?

Leio nos jornais que o Governo faz previsões otimistas com respeito à produção. Leio até que, em Pernambuco haverá superprodução no meio rural. Mas, Srs. Deputados, e só acreditarei em produção abundante no dia em que houver uma verdadeira política de preços mínimos, pois ninguém garante ao agricultor que o seu produto venha a ter preços compensadores. Hoje, Sr. Presidente, há culturas que dão prejuízo aos agricultores. E será possível isto num país onde a fome ronda muitos lares?

Garanta-se ao produtor preços mínimos e compensadores e então, sim, haverá superprodução. Nos Estados Unidos, essa política existe e, quando não há mercado, o Governo compra a produção e a vende ou a dá, aos países subdesenvolvidos. Por que o Brasil não pode fazer o mesmo?

Ninguém me venha dizer que a base para um desenvolvimento ordenado seja apenas a industrialização intensiva dos meios de produção. Isto não é suficiente. Sem uma sólida base agrícola, não há país que se salve, a não ser em determinados casos onde pequenas nações organizadas tenham acordos de trocas e de assistência mútua.

Mas não é o caso do Brasil. O nosso país, de extensão continental, com mais de 80 milhões de habitantes, precisa encontrar outras fórmulas.

Se há famintos no nordeste, mate-se a fome dos nossos irmãos com a produção que às vezes apodrece no sul por falta de preços e de transporte!

Dizer que o Governo não encontra meios para tanto, é outra asneira. Tantos recursos são dispersados em obras improdutivas ou adiabivas; por que não aplicá-los na agricultura?

Estou tocando no assunto e voltarei a fazê-lo para oferecer a minha modesta contribuição de homem do interior que enxerga a situação em que vivemos. Nós, os políticos e homens públicos acostumados a tratar, todos os dias, das dificuldades do nosso povo, temos, diga-se a verdade, uma visão bem ampla dos nossos problemas. Mas para que a nossa experiência produza resultados, será indispensável que os poderes públicos nos ouçam e atendam os nossos conselhos. (Muito bem.)

**O SR. MARIANO BECK:**

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, se o Governo atual do País for constituído de homens dotados de meridiano bom senso, deve estar apercebido da impossibilidade de conservar um regime político sem nenhuma aceitação popular.

Em fins da semana passada, os episódios de violência, culminados com o assassinato de um estudante da Guanabara, e ontem ainda as comemorações de 31 de março feitas em meio à indiferença, aos gracejos e à revolta não reprimidos de muitos, devem ter despertado a consciência dos responsáveis pela situação de força imposta ao